

DA INCLUSÃO ESCOLAR ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS: UM ESTUDO DAS APLICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS NO PROCESSO EDUCATIVO

Camila Rodrigues de Almeida¹; Maria Rani de Freitas Monteiro²; Terezinha Melo de
Oliveira³; Carlos Alberto de Oliveira; Lucas Melgaço da Silva⁵

1 Universidade Estadual do Ceará, Crateús – Ceará, Brasil, camilinha.almeida@aluno.uece.br

2 Centro Universitário Christus, Fortaleza – Ceará, Brasil, rani.monteiro@yahoo.com.br

3 Universidade Estadual do Ceará, Crateús – Ceará, Brasil, teresinha.melo@aluno.uece.br

4 Universidade Estadual do Ceará, Crateús – Ceará, Brasil, caarlos.alberto@aluno.uece.br

5 Centro Universitário Christus, Fortaleza – Ceará / Universidade Estadual do Ceará, Crateús
– Ceará, Brasil, lucas.melgaco@uece.br

Resumo

O presente artigo analisa o processo de personalização do ensino à luz das avaliações externas na Educação Especial e Inclusiva (EEI), tendo em vista a acessibilidade escolar e os seus desafios. Em suma, a falta de recursos tecnológicos, a exiguidade de suporte adequado e a pouca diversificação nas avaliações, torna complexo o processo de adaptação das necessidades educacionais especiais dos alunos. Sabendo disso, a pesquisa destaca a importância de alinhar a inclusão às avaliações externas, cujo objetivo é fornecer um panorama detalhado do desempenho escolar e subsidiar políticas educacionais inclusivas. Além de abordar o papel das tecnologias assistivas em intersecção com a formação de professores para a promoção da autonomia e equidade nas práticas de ensino. Com efeito, a pesquisa é resultado da abordagem qualitativa, a partir da pesquisa documental (Brasil, 1996), (LBI, 2015), (PNEE, 2020) e revisão bibliográfica (Mendes, 2022), (Silva, Beche e Costa 2022) e (Paiva e Santos, 2024), em produções oficiais que ponderam sobre a EEI e o monitoramento do ensino. Ao final, a partir dos dados analisados, visualizou-se os principais percalços enfrentados pela EEI no contexto das tecnologias assistivas, das avaliações externas e no processo formativo docente.

Palavras-Chave: Avaliações Externas, Personalização do Ensino, Tecnologias Assistivas, Inclusão Escolar, Formação de Professores.

Introdução

Pensar na inclusão e em estratégias que equalizem o ensino, é ater-se a práticas que se adaptam às reais necessidades educacionais e especiais dos sujeitos. No entanto, desafios prementes obliteram essa atuação, como a carência de recursos tecnológicos, a falta de suporte adequado e a pouca diversificação em abordagens avaliativas. Gofredo (1999), salienta que a inclusão, quando realizada em uma sociedade de marginalizados, passa a ser a ponte para o alcance da verdadeira democracia. Em suma, não há igualdade de direitos quando o acesso a estes ainda é restrito e desigual. Logo, esse trabalho se propõe a discutir o processo de

personalização do ensino e a contribuição das avaliações externas na Educação Especial e Inclusiva (EEI). Esse alinhamento, portanto, permite um panorama detalhado do desempenho da comunidade escolar, do educador e do aluno, ao passo que fomenta o subsídio de políticas educacionais inclusivas.

À vista disso, a inclusão exige ações estruturadas e adaptadas às necessidades individuais dos alunos. Em alinhamento, o uso de tecnologias assistivas na diversificação do ensino atua na promoção de autonomia, independência e equidade no acesso à educação. Todavia, no quadro das estratégias, não basta apenas inserir diferentes dispositivos, equipamentos e métodos na EEI, quando a abordagem avaliativa ainda é inacessível a condição particular dos discentes. Luckesi (2018), apregoa que a avaliação não atua apenas como mecanismo de verificação, mas age como ferramenta de acompanhamento do desenvolvimento do aluno ao longo da trajetória educacional. Deste modo, esse trabalho tem a finalidade de identificar a personalização do ensino e a colaboração das avaliações externas no monitoramento do desenvolvimento da EEI.

Nesse passo, mecanismos como avaliação diagnóstica, formativa, classificatória e somatória verificam e norteiam a prática pedagógica. Nas vias da EEI, portanto, abordar o uso desses instrumentos permite acompanhar se os recursos utilizados foram eficientes e se o ensino promovido foi exitoso para o desenvolvimento do aluno, alinhando-se às suas especificidades e necessidades. À vista disso, metodologias e recursos pedagógicos, quando combinados, tornam-se ferramentas poderosas para o alcance da inclusão. Ao passo que as avaliações externas, quando bem estruturadas e aplicadas com objetividade e criticidade, podem ser aliadas na construção de um sistema educacional mais justo e equitativo.

A partir dessas ideias, o trabalho em tela objetivou discutir o processo de personalização do ensino e a contribuição das avaliações externas no monitoramento do desenvolvimento da EEI, observando os principais impactos causados por estas na aprendizagem. Logo, pondera desafios e possibilidades da inserção de ferramentas educacionais e estratégias pedagógicas na EEI, em alinhamento às avaliações externas. Para tanto, reconhecesse a primariedade de se repensar quais métodos avaliativos e a partir de quais estratégias teórico-metodológicos o ensino inclusivo vem sendo ofertado, considerando, sobretudo, que é a partir dessas avaliações que há o fomento de políticas educacionais inclusivas.

Desse modo, o presente trabalho realizou uma pesquisa de cunho qualitativa, utilizando como meio de coleta de dados, a revisão bibliográfica em autores dos quais as

produções ponderam sobre a personalização do ensino na EEI e a acessibilidade nas avaliações externas. Ademais, a pesquisa embasou-se em documentos que nos permitiu analisar normativas voltadas à escolarização da pessoa com deficiência, como precípua a Lei de Diretrizes e Bases de (nº 9.394/96) e resoluções como a MEC/CEB nº 4 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. (BRASIL, 2009)

Com isso, a pesquisa divide-se em dois momentos, iniciando com a discussão da inserção de tecnologias, métodos e estratégias para o desenvolvimento da educação EEI. No segundo momento, abordando sobre a necessidade de inclusão nas avaliações externas e a importância do seu alcance na universalização e ampliação de programas educacionais inclusivos.

Personalizando o ensino a partir das tecnologias assistivas

É peremptório o papel que a tecnologia desempenha na EEI, sobretudo ao acrescentar qualidade de vida e ao auxiliar na realização de atividades antes limitadas devido à condição física, motora, sensorial e intelectual dos sujeitos. Nesse sentido, Ferreira e Almeida (2022) destacam que as tecnologias assistivas (TAs), promovem autonomia e equidade de oportunidades, o que, no campo educacional, garante adaptação curricular e aumento do engajamento dos alunos com deficiência nas atividades propostas. À vista disso, pensar na personalização do ensino ao lado de avaliações externas adequadas à necessidade particular dos estudantes, é complementar o desempenho destes a medida em que monitora o compasso da educação em uma conjuntura inclusiva.

Para isso, a inclusão exige ações que sejam estruturadas e adaptadas às necessidades individuais e educacionais dos sujeitos, o que requer adequação e acessibilidade para o ensino daqueles que, por vezes, são marginalizados e despojados do direito de aprender com qualidade. Santos e Safiato (2023) destacam a importância de formar educadores para utilizar a tecnologia de forma planejada e assistiva. O conhecimento do professor ao manejar esses instrumentos é fundamental para que os alunos possam utilizar essas ferramentas adequadamente. O uso de recursos tecnológicos, sobretudo digitais, sem abordagem pedagógica e sem intervenção docente, pode tanto incluir quanto intensificar a exclusão existente.

Nesse passo, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) (Brasil, 2020) trouxe como objetivo, o incentivo a qualificação de professores e demais profissionais da educação, visto que, segundo o Censo Escolar de 2019, apenas 5,8% – de 1,26 milhões – dos professores da educação básica possuíam alguma formação continuada na área da Educação Especial, deste percentual, 42,3% atuavam diretamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse âmbito, vê-se que são necessárias mudanças no sistema de ensino e incentivos para a qualificação docente, de forma que haja qualidade no atendimento à pessoa com deficiência na educação especial.

Como supracitado, o uso das tecnologias assistivas não se referem apenas a inserção de equipamentos digitais, mas a práticas e serviços que objetivam promover funcionalidade relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência, transtornos globais e superdotação. Segundo Raiça (2008), a Educação Inclusiva, quando inserida no novo paradigma tecnológico, demanda a presença de profissionais que sejam flexíveis e adaptáveis. Observa-se, portanto, que professores quando bem formados e preparados para utilizar tecnologias no âmbito educativo, tornam-se sujeitos fundamentais para o sucesso da EEI.

Sabe-se que órteses e próteses são aparelhos que viabilizam a realização de tarefas, tanto no cotidiano domiciliar, quanto na rotina escolar. Logo, o seu uso é crucial para a inclusão da pessoa com deficiência, sobretudo quando a funcionalidade desses instrumentos é o principal apoio que torna viável a participação e execução de tarefas desses sujeitos. No âmbito educacional, sorobãs, óculos especiais e máquina braile Perkins são aparelhos que se inscrevem como tecnologias assistivas, pois o incremento desses enquanto abordagens pedagógicas promove o desenvolvimento e a criatividade dos alunos, quando utilizados em sala de aula, conforme enfatiza Silva e Conrado (2013).

Todavia, imbróglis como a carência de recursos tecnológicos, a falta de suporte adequado e a pouca diversificação em abordagens avaliativas limita acompanhar e monitorar a aprovação, a evasão, a reprovação, o abandono e o retorno aos estudos de educandos da Educação Especial. À vista disso, assistir à trajetória desses discentes no sistema educacional, torna-se basilar para que sejam indicadas possíveis ações que atuem na resolução dos problemas enfrentados por eles. Nessa via, as avaliações externas emergem como uma ferramenta útil para tal acompanhamento, uma vez que estas são responsáveis por produzir análises e interpretações a respeito dos fatores que direcionam para o sucesso ou insucesso dos educandos. Nessa ótica,

a PNEE (2020), aponta o SAEB como um dos caminhos possíveis para esse monitoramento, uma vez que este conta com um conjunto de instrumentos, evidências, estatísticas, avaliações, exames e estudos responsáveis por mensurar e produzir interpretações a respeito da qualidade das etapas que compõem a educação básica.

Além disso, o Censo Escolar como uma ferramenta responsável pela coleta de dados, também surge como um procedimento promissor para o monitoramento desse público, cujas informações proporcionaram um melhor alinhamento entre métodos, estratégias e práticas pedagógicas. Ao lado do SAEB e do Censo Escolar, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), também traz consigo análises que também indicam a realidade da educação brasileira. Comparativamente, pode-se observar às diferenças entre o nível de aprendizagem dos participantes, o que é benéfico para entender os desafios enfrentados por esse grupo.

No compasso das avaliações externas: desafios e perspectivas no processo inclusivo

Infere-se que no Brasil, a partir da PNEE, diferentes medidas foram tomadas para que se estabelecessem diretrizes para a garantia e permanência dos educandos com deficiência. Dentre elas, o Atendimento Educacional Especializado e a promoção de recursos técnicos, tecnológicos e de materiais, corroborados aos princípios de equidade e inclusão. Tais medidas visam proporcionar a escolarização e o reconhecimento das necessidades e potencialidades desses sujeitos. À vista disso, ater-se ao potencial inclusivo das avaliações externas para o ensino, é entender a capacidade formativa que esses resultados podem proporcionar para o incremento do subsídio de políticas públicas.

As avaliações externas [...], são procedimentos amplos dirigidos aos sistemas educacionais e considerados como um importante instrumento de coleta de dados sobre o desempenho escolar. Essas avaliações são implementadas pelas instâncias governamentais para obter dados capazes de estabelecer indicadores da “qualidade” do ensino, bem como para subsidiar os gestores educacionais na (re) elaboração de políticas (Gomes, *et al*, 2019, p.140).

No prisma da EEI, as avaliações permitem a identificação de possíveis óbices da aprendizagem e o direcionamento das dificuldades encontradas por cada aluno com necessidades educacionais particulares à suas possíveis resoluções. No entanto, segundo Paiva e Santos (2024), a avaliação externa não atende às necessidades individuais dos educandos a nível de suas especificidades e sim, baseia-se na experiência de terceiros, o que é desconexo às

reais carências desses sujeitos. De igual modo, Souza (2018) aponta a presença de instituições que negligenciam às avaliações internas em detrimento da preparação dos alunos para a resolução do maior número de questões nas avaliações externas, o que, para os alunos com deficiência, desconsidera não apenas as suas especificidades, mas também o seu processo de desenvolvimento que deixa de ser acompanhado.

Os autores ainda destacam que é presente a opressão por altos resultados pertinentes a essas avaliações, cujo o enfoque está mais nos valores quantitativos do que no desempenho qualitativo dos alunos. Trazendo para EEI, essa pressão afeta negativamente na inclusão de alunos que, por não conseguirem atingir os mesmos níveis de desempenho que os demais, acabam por serem marginalizados em suas especificidades educacionais. Além de nem sempre terem as suas notas incluídas nos Índices de desempenho das escolas, uma vez que

[...] educação e política se interpenetram sem estarem isentas uma da outra; que, por mais neutra que pareça a prática docente, ela carrega consigo um sentido político quando tomada em relação ao todo, ainda que esse sentido não se revele, não seja intencional e passe despercebido pelo professor e demais educadores em seu dia a dia profissional (Stümer, 2019, p. 118).

Nessa ótica, entremeiam-se fatores políticos, econômicos e sociais que afetam sobremaneira na tomada de decisão das práticas pedagógicas e das ações instituídas pelas redes de ensino, sobretudo na EEI. Como resultado, Barbosa e Lopes (2020), trazem uma pesquisa em que mostram a sobrecarga de uma professora do 2º ano do ensino fundamental da rede pública de Fortaleza/CE, que acolhia em sua turma, dois estudantes com autismo. A pesquisa feita pelas autoras, demonstrou que, por vezes, os alunos com necessidades especiais eram protelados por não conseguirem acompanhar o mesmo ritmo que os demais, sobretudo em decorrência das exigências de altos resultados nas avaliações externas.

Ademais, notou-se que a professora, em virtude das cobranças e do cansaço, fazia uso de estratégias que nem sempre favoreciam o processo de inclusão. Além de ressaltar que a pontuação destes não somavam nas avaliações. Logo, vê-se que as avaliações externas, apesar de servirem para observar e aprimorar o ensino com base nos resultados, ainda peca por desconsiderar a inclusão efetiva desses alunos.

Portanto, embora se reconheça o potencial inclusivo das avaliações, a sua ingerência pode acarretar resultados desastrosos para a inclusão ao beneficiar o quantitativo em detrimento do atendimento das necessidades individuais dos sujeitos. Além do fetichismo por altas índices,

implica negativamente na exclusão de alunos que não são considerados aptos para a realização dessas provas, o que fragmenta o potencial inclusivo desses procedimentos avaliativos. Logo, incluir é adaptar e reconhecer às carências e potencialidades de cada grupo dentro de suas especificidades, pois condições especiais quando generalizadas, não promovem equidade.

Resultados e discussões

Para que haja efetividade no suporte educacional, urge a necessidade de ações que possibilitem o desenvolvimento de todos, sobretudo dentro de suas particularidades. Isto posto, entende-se que adaptação requer a utilização de metodologias, procedimentos, estratégias e de técnicas que tornem o aprendizado mais simples, o que insere a presença de alunos com e sem deficiência. Vygotsky (2019), salienta que nossas sinapses são frutos das interiorizações e de processos mediados por e em nossa cultura. Deste modo, a adaptação também requer preparo e acompanhamento pelo profissional docente, sobretudo para o aumento da segurança dos alunos, pois como traz a Base Comum Curricular (BNCC), é de suma importância a crítica, reflexiva e ética da comunicação e informação no sistema de ensino.

Em vista disso, entende-se que é fluído o desenvolvimento de habilidades e potencialidade dos educandos, pois como salienta Piaget (2006), as crianças aprendem melhor quando estão diretamente envolvidas na exploração do mundo ao seu redor, seja na manipulação de objetos ou na realização de experimentos. Por isso, a necessidade de acompanhar o monitoramento destes alunos para que, com as ferramentas precisas, essa fluidez não se dissolva. Ademais, pleitear a EEI, também é apontar e acompanhar a carência de recursos que favorecem o engajamento de cada aluno, em especial nos procedimentos que respeitam os seus limites. Esse olhar, portanto, favorece o processo de inclusão de modo que o estudante se sinta competente, valorizado e mais participativo.

Ainda que se tenha discutido o papel das metodologias diversificadas e das avaliações externas no ensino com EEI, é notório também a participação e o apoio da família no reforço da educação. Sobretudo, no suporte lançado na formação e participação destes em diferentes lugares da sociedade, o que nem sempre é reconhecido como possível.

Além do âmbito educacional e familiar, as falhas na inclusão da pessoa com deficiência perpassam também o âmbito social e legal. No social por nem sempre considerar o

acesso desses sujeitos ao sistema de ensino e o mercado de trabalho. E o legal, por reconhecer tardiamente os direitos básicos dessas pessoas. Como exemplo disso, somente em 2015, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que esse público passou ter aportes legais mais específicos ao acesso à educação, saúde e mercado de trabalho.

A inclusão tardia da pessoa com deficiência, endossa discursos que hierarquizam corpos e que transformam as diferenças em desigualdades, o que abre caminhos para o capacitismo. Este, segundo Silva, Beche e Costa (2022), desvaloriza as especificidades ao considerá-las inferiores aos demais. Logo, como superar isso? Rogers (1973), trata sobre o papel de facilitador do professor ao transmitir conhecimento e conscientização, oferecendo suportes e orientações aos alunos. Isso requer a desobstrução de barreiras que obliteram o respeito. Para tanto, práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o combate aos estigmas e preconceitos são necessárias ao fomento da participação da pessoa com deficiência. A interseccionalidade e a ética, nesse contexto, são fundamentais para que a EEI não seja apenas efetiva no desenvolvimento da aprendizagem, mas que antecedam a articulem de práticas de respeito e empatia.

Nota-se que a EEI no Brasil ainda enfrenta desafios prementes relacionados a precariedade de estruturas físicas e falta de diversificação em abordagens pedagógicas e avaliativas, o que limita os princípios de igualdade e equidade para esses sujeitos. Xavier e Junior (2014), trazem que em décadas passadas, os educandos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, caso quisessem adentrar às instituições de ensino, teriam que se adequar à realidade destas, uma vez que o inverso dificilmente acontecia. Ou seja, não lhes eram oferecidas condições que os auxiliassem no aprendizado, o que os colocava à mercê de suas especificidades. Em contrapartida, hodiernamente há uma série de procedimentos, metodologias e estratégias que visam melhorar a EEI, ainda que em alguns lugares, isso não seja tão efetivo.

Discutir acerca dos processos e procedimentos para a inserção de estratégias personalizadas à inclusão de alunos com deficiência é ater-se a formação de professores para atuarem na EEI, o que torna importante vislumbrar a necessidade de ações que ampliem e auxiliem o docente na implementação de metodologias adaptadas e de ações pedagógicas, com o fito de promover acessibilidade e aprendizagem de forma equitativa.

Essa formação deve considerar o uso diversificado da didática, dos métodos e dos instrumentos de aprendizagem, para a reformulação de práticas pedagógicas e para a implementação de políticas como elementos essenciais à garantia da educação inclusiva com qualidade. Nesse contexto, destaca-se, ainda, o desenvolvimento e uso efetivo de avaliações externas que considerem adaptações às deficiências físicas e intelectuais dos alunos, tendo em vista essas sistemáticas necessárias a indicação dos desafios no ingresso e na aprendizagem, bem como dos motivos da evasão escolar enfrentados pelo aluno com deficiência.

Conclusão

Para essa pesquisa, objetivou-se discutir o processo de personalização do ensino e a contribuição das avaliações externas no monitoramento do desenvolvimento da EEI, observando os principais impactos causados por estas na aprendizagem. Logo, esse trabalho discutiu os percalços encontradas tanto nessa modalidade de ensino quanto no contexto avaliativo, o que possibilitou mostrar as fragilidades na garantia da qualidade educacional dos alunos com deficiência. Considerando isso, os resultados extraídos pela análise bibliográfica e documental oportunizaram visualizar os principais desafios enfrentados pela EEI no contexto das tecnologias assistivas, das avaliações externas e do processo formativo docente.

Destaca-se que, mesmo com a percepção da existência de diferentes dificuldades na inclusão de alunos com necessidades educacionais e inclusivas, percebe-se também a possibilidade de meios para subsidiar a superação dessa problemática, desde que haja adaptação e direcionamento de estratégias didáticas, metodológicas e, principalmente avaliativas para esse público. Como supracitado, o contexto das avaliações externas possibilita o fomento de políticas educacionais inclusivas.

De todo modo é necessário o aprofundamento de novos estudos sobre essa temática, considerando o acompanhamento das principais metodologias e práticas pedagógicas de ensino e avaliação do aluno com deficiência, sobretudo, a partir da percepção do ponto de vista de gestores, de professores e, em especial, do público da EEI.

Referências

BARBOSA, H. F.; LOPES, I. F. R.. **O impacto das avaliações externas em larga escala no processo de inclusão escolar de crianças com autismo**. CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4, 2020. Anais ... Campina Grande: Realize, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

FERREIRA, MA; ALMEIDA, J. C.. **Tecnologias assistivas e inclusão escolar**: uma análise crítica e prática. Brasília: Editora Educação Inclusiva, 2022.

GOFFREDO, V. L. F. S. **A escola como espaço inclusivo**. In: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação a Distância – SEED. Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 67-72.

GOMES, Robéria Vieira Barreto, et al. **Educação inclusiva e educação especial**: perspectiva na aprendizagem escolar. Fortaleza: Impreco, 2019.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2018.

PAIVA, Taís Monteiro de; SANTOS, Rodiney Marcelo Braga dos. Traçando conexões: avaliação externa e a busca por uma educação especial na perspectiva inclusiva. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 13, n. 34, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133888647>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

RAIÇA, Darcy (org.). **Tecnologias para a educação inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008.

ROGERS, CR. **Liberdade para aprender**: uma abordagem centrada na pessoa. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

SANTOS, L. dos; SOFIATO, C. G. Tecnologia e educação inclusiva: o uso de recursos educacionais digitais (REDs). **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023072, 2023. DOI: 10.24065/re.v13i1.2517. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2517>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SILVA, L.F.; BECHER, MS; COSTA, R. **Capacitismo na educação**: desafios e práticas transformadoras. São Paulo: Editora Social, 2022.

SILVA, M.; CONRADO, J. **Práticas inclusivas no ambiente escolar**: teoria e aplicação. Rio de Janeiro: Editora Escolar, 2013.

SOUZA, S. T. B. de; PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, [S. l.], v. 4, p. e48178, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e48178. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8178>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação em larga escala da educação básica e inclusão escolar: questões polarizadoras. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 863-878, dez. 2018.

STÜRMER, Arthur Breno. Interseções entre educação e política na obra de Demerval Saviani. **Diaphonía**, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 113-127, maio 2019.

VYGOSTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

XAVIER, T. G.; JÚNIOR, A. P. **Um olhar através dos tempos**: avaliando o contexto educacional no Brasil. In: Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-CE, 2014. Disponível em: https://uece.br/eventos/anaseehanpuhce/trabalhos_completos/1262-60710-07102024-145107.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.